Publicado em 26/09/2023 - 05:54

Planalto vai ao Supremo pedir para rever forma de pagar os precatórios

Governo aciona STF para rever forma de pagar os precatórios

O governo federal decidiu acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para anular trechos da PEC dos Precatórios, que foi aprovada em 2021 e fixou um teto anual para despesas com dívidas judiciais da União. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

A alegação é de que o teto estabelecido pela PEC – que também ficou conhecida como PEC do Calote e foi patrocinada pelo governo de Jair Bolsonaro – é inconstitucional e gerou uma "bola de neve" nas contas do governo. Segundo o Executivo, o valor pode chegar a R$ 250 bilhões em 2027, caso não haja a mudança.

Se obtiver aval do STF, o plano do Executivo é enviar um projeto ao Congresso Nacional para abrir um crédito extraordinário que permita a quitação de todo o valor pendente. Esse valor é calculado em R$ 95 bilhões, dos quais R$ 65 bilhões são precatórios acumulados e não pagos e o restante corresponde à previsão para os pagamentos de 2024.

Arcabouço

O Ministério da Fazenda pretende alegar ainda que, por se tratar de uma despesa não prevista, o valor não deve estar sujeito ao limite previsto no novo arcabouço fiscal.

A intenção também é contribuir para que o governo consiga cumprir a meta de déficit zero no ano que vem. "A solução proposta visa sanar o problema e não dará abertura de ampliação de espaço fiscal de qualquer espécie", afirmou a Fazenda em nota.

> *O país está em moratória perante investidores. Se eu não pago uma parte dos meus credores, que segurança eu dou para outra parte dos meus credores que eu não vou estender isso?*
>
> **ROGÉRIO CERON**
> Secretário do Tesouro Nacional

Para viabilizar o pagamento imediato, o governo quer classificar o valor principal da dívida como uma despesa primária – ou seja, contabilizada no resultado primário (saldo entre receitas e despesas, sem contar os juros da dívida) e, consequentemente, na meta fiscal do governo. Já o que for referente ao pagamento de juros será separado e tratado como despesa financeira – ou seja, não contabilizado no resultado primário e, consequentemente, na meta fiscal.

– Essa é uma solução que conseguimos emplacar com razoabilidade técnica. O país está em moratória perante investidores. Se eu não pago uma parte dos meus credores, que segurança eu dou para outra parte dos meus credores que eu não vou estender isso? – alegou o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

Segundo ele, em um ano após a aprovação da PEC, o governo ampliou em R$ 130 bilhões os gastos para rolar sua dívida, em razão do impacto que a medida provocou na confiança de investidores internos e externos.

Entenda

O QUE SÃO PRECATÓRIOS?
São dívidas do governo a partir de ações judiciais que já transitaram em julgado. Ou seja, decisões judiciais definitivas.

O QUE MUDOU COM A PEC?
A proposta estabeleceu um teto anual para o pagamento dos precatórios federais até 2026. A ideia é que os valores represados sejam quitados em 2027.

QUAL ERA O OBJETIVO DA PEC?
O objetivo era aliviar as contas da União, abrindo um espaço no orçamento de 2022.

O QUE O GOVERNO LULA ALEGA AGORA?
O argumento é que a PEC vai gerar uma "bola de neve" e que a meta de quitar os precatórios em 2027 se tornará difícil de ser cumprida. Cálculos apontam que o valor pode chegar a R$ 250 bilhões.

QUAL A PROPOSTA?
A intenção é que o Supremo Tribual Federal (STF) declare trechos da PEC inconstitucionais e determine o pagamento imediato de toda a dívida. Isso, porém, também depende da aprovação de um crédito extraordinário pelo Congresso Nacional.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 10

Copyright © Clipclap 2025.